

Limitar envio de juros

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, domingo, 7 de setembro de 1986 21

não será solução

ANTONIO CARLOS
PORTO GONÇALVES

Em 1986 o Brasil deverá pagar juros ao exterior, devido a sua dívida externa, no valor de US\$ 10 bilhões, ou seja, aproximadamente 4 por cento do PIB. Por outro lado, no consumo do setor privado e do setor público deverão ser dispendidos 85 por cento do PIB, sobrando 11 por cento para investimento.

Todos concordam que investir apenas 11 por cento do PIB é muito pouco, e precisa ser aumentado para propiciar uma taxa de crescimento razoável da economia brasileira nos próximos anos, pois o País precisa investir em sua infra-estrutura, e muito, até o final da década atual.

Em vista desta necessidade, e considerando os números do primeiro parágrafo acima, é obviamente indispensável que o Brasil reduza o consumo privado e do governo, já que o consumismo recente, levando este item da despesa nacional a representar 85 por cento do PIB, é o grande adversário da poupança e do investimento a partir dos recursos internos, próprios do País. E é claro que, como mecanismo auxiliar de acumulação, o Brasil poderia contar com US\$ 1 ou 2 bilhões anuais de investimentos externos (representando, digamos, 0,5 por cento do PIB).

Mas o governo aparentemente aceita a tese equivocada de que a falta de recursos para investimento decorre não dos 85 por cento de consumismo, mas dos 4 por cento de juros enviados ao exterior. Estes constituíam "uma severa limitação" ao crescimento do País e precisariam ser reduzidos de 4 para 2,5 por cento do PIB, para não atrapalhar a expansão econômica brasileira.

Na minha opinião, o 1,5 por cento do PIB que seria poupado se fosse cercada a remessa de juros para o exterior é um pequeno espirro da massa de 85 por cento de consumo. Seria facilmente obtido, e várias vezes, se evitarmos no futuro os desperdícios praticados no passado recente, com a Ferrovia do Aço, as centrais nucleares improdutivas e assim por diante.

Além do mais, se tal medida fosse adotada unilateralmente ("sem esperar pela compreensão dos credores externos"), provavelmente o 0,5 por cento do PIB de investimento externo, que viriam para o País, diminuiriam substancialmente. O ganho líquido de recursos para investimento seria, então, de apenas 1 por cento do PIB. E é fácil calcular, usando parâmetros típicos da economia brasileira, que se este 1 por cento fosse inteiramente aplicado em investimentos (sem desperdícios), elevaria a taxa de crescimento econômico médio do Brasil, nos próximos anos, de

0,3 por cento digamos de 6,3 por cento ao ano.

O problema brasileiro de investimento e crescimento é saber como obter e manter os 6 por cento. Quanto aos 0,3 por cento adicionais, se conseguirmos, ótimo, mas não representam uma severa limitação ao crescimento do País.

O que poderia realmente representar um problema para a economia brasileira, seria uma dificuldade de obter empréstimos externos no futuro, nos períodos em que a conjuntura econômica internacional deixasse de ser tão favorável ao Brasil, ou a possibilidade de retaliação comercial e protecionista por parte dos países credores, pois não há razão para esperar que atitudes unilaterais, pouco justificáveis em termos de números e parâmetros macroeconômicos, por parte de um país que, no momento, pode pagar o serviço de sua dívida sem maiores dificuldades, tenham uma boa acolhida entre os credores. O México, a Venezuela e alguns outros países endividados estão quebrados, e as suas atitudes unilaterais são pelo menos compreensíveis. As nossas seriam encarádas, acertadamente, como atos radicais de hostilidade.

Antonio Carlos Porto Gonçalves, professor da Fundação Getúlio Vargas, é diretor de Economic Forecast